

**Capitalismo e imprensa: memória de deputadas federais cassadas na ditadura civil-militar**

Eloiza Amaral Lopes  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: eloizaamarall@gmail.com

José Alves Dias  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: jose.dias@uesb.edu.br

1183

**Palavras-chave:** Memória. Ditadura civil militar. Mulheres. Imprensa

## INTRODUÇÃO

Em 1966, seis candidatas se elegeram deputadas e, destas, cinco foram cassadas: Ivette Vargas, Lígia Doutel de Andrade, Maria Lúcia Mello de Araújo, Júlia Steinbruch e Nysia Carone, todas filiadas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Elas tiveram os mandatos cassados e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, acusadas de acordo com o artigo 4º do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968.

É inegável que as cassações interromperam, abruptamente, a ampliação do espaço das mulheres na esfera política, pois a Câmara dos Deputados voltou a constituída por apenas uma mulher entre as centenas de parlamentares. Com isso, o presente resumo busca compreender os motivos que impulsionaram as cassações de deputadas federais eleitas durante a civil militar, além de reconstituir a memória sobre elas, utilizando como fonte as publicações que as mencionaram nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, os dois maiores veículos de referência paulista.

A importância de investigar a atuação de mulheres durante a ditadura civil-militar não é somente por narrar os acontecimentos nos quais elas estiveram presentes ou apontar sua participação, mas reconhecer que, em muitos momentos, estes aspectos foram vistos de

**Realização:**



**Apoio:**



“fora da história”, sem um registro igualitário em comparação aos homens. A tentativa de eliminação das mulheres dos espaços considerados masculinos reflete processos mais gerais de exclusão social: do lugar social das mulheres na história e à pura omissão de consulta aos documentos que atestavam a presença delas no espaço público e nas lutas sociais (Koshiyama, 2001, p. 3).

## **METODOLOGIA**

Com o intuito de se obter, da forma mais abrangente possível, informações sobre as publicações feitas sobre as deputadas federais cassadas durante a ditadura civil-militar, foi feito um levantamento nos acervos digitalizados das edições impressas dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, disponíveis online. Por este meio foi identificada a incidência de menções aos nomes das deputadas federais nas edições desses jornais, considerando o período da legislatura em que ocorreram as cassações, ou seja, 1967-1971. As buscas abarcaram citações aos nomes das deputadas federais, entre 01/01/1967 e 31/12/1971, atentando-se a possíveis variações na escrita dos nomes com letras duplicadas e até pouco usuais na língua, além de abreviações, em caso de sobrenomes extensos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao todo foram encontradas 125 citações às 5 mulheres eleitas deputadas federais em 1966 e posteriormente cassadas. Em O Estado de S. Paulo observou-se a maior participação das deputadas federais em foco, com inserções em 121 textos, sendo que os nomes apareceram quantitativamente na seguinte ordem: Ivette Vargas (63), Ligia Doutel de Andrade (24), Julia Steinbruch (19), Nysia Carone (13) e Maria Lucia Mello de Araujo (2). Embora o período de análise deste levantamento abarque os anos de 1967 a 1971, no veículo foram identificadas matérias com menções a elas apenas entre os anos de 1967 e 1970, com 52 menções em 1967, 51 em 1968, 7 em 1969 e 5 em 1970, sendo possível notar uma queda nas citações, sobretudo, após as cassações, que ocorreram em 1969.

**Realização:**



**Apoio:**



Já na Folha de S. Paulo foram encontradas 4 menções às deputadas federais cassadas, nos anos de 1967, 1969, 1970 e 1971. No entanto, diferente de O Estado S. Paulo, que citou, ao menos uma vez cada uma delas, apenas Ivette Vargas, Julia Steinbruch e Ligia Doutel de Andrade foram mencionadas pelo veículo, mas nenhuma vez na mesma matéria ou em uma publicação no mesmo ano. As quatro publicações ocorreram em anos distintos, sendo que Ivette Vargas contou com metade das inserções, feitas em 1967 e 1970.

De acordo com Nora, a imprensa também se constitui como um lugar de memória pois reúne “as três condições essenciais de consolidação de um lugar mnemônico: material, simbólica e funcional” (apud. Rêgo, 2014, p.4). Dizemos nos lembrar de acontecimentos a que lemos pelos jornais ou conhecemos pelos depoimentos daqueles que participaram diretamente como os repórteres, conscientes de que “a vontade de lembrar que constitui os produtos dos meios de comunicação, mesmo jornalísticos, expressa a sensibilidade mnemônica própria desse mundo” (Ribeiro, 2013, p. 83). Para Halbwachs, isso ocorre pois “apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (Halbwachs, 2004, p. 27).

No entanto, a memória pode ser manipulada por narrativas construídas pelos setores dominantes da sociedade, podendo a imprensa ser o veículo de transmissão. Em seu livro, 1964: A Conquista do Estado, René Armand Dreifuss, nos apresenta ao conceito de “elite orgânica”, um grupo de intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados que, num movimento de doutrinação geral, também tinha atuação na imprensa. Não seria possível à elite orgânica realizar tais ações sem que houvesse uma unidade interna forte e orgânica, então passaram a se organizar por meio de grupos de ação política e ideológica tendo, segundo Dreifuss, o complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD) como principal articulador do movimento que culminou nos fatos de 01 de abril de 1964.

Através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública (GOP) e Estudo e Doutrina (GED), o complexo IPES/IBAD criou uma extraordinária equipe para a

Realização:



Apoio:



manipulação da opinião pública. Com isso, foi capaz de articular e canalizar apoio e estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, por meio de seu relacionamento especial com alguns dos mais importantes jornais do país, dentre eles O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, fazendo com que jornalistas profissionais atuassem como manipuladores de notícias

Em suma, explica Pires (2007), “os veículos de comunicação de propriedade burguesa decidiram promover o golpe militar e legitimar os governos constituídos após 1964 por verem atendidos seus interesses capitalistas e de manutenção de classe no poder” (Pires, 2007, p.311). Por trás dos motivos políticos apontados no período, os jornais receberam benefícios econômicos para seguir posicionando-se favoravelmente ao regime militar (Sodré, 1999).

Para além disso, a “ação direta dos políticos conservadores e militares na mídia, foi no sentido de se construir no imaginário simbólico do povo uma imagem do perigo que o Presidente João e seus aliados representavam ao propor a reforma agrária e ao desejar a redistribuição de renda para a nação” (Rêgo, 2004, p.7), políticas que passaram a ser mostradas como uma ameaça à segurança nacional e fizeram com que as classes médias se mobilizassem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral, o IPES desempenhou o papel de ser a "voz da revolução", tanto nacional quanto internacionalmente. Nacionalmente, orientou a opinião pública por meio da mídia e publicações, moldando as reações do público a medidas governamentais.

Postos os fatos, fica evidenciado que os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo tiveram participação considerável no processo da tomada de poder e atuação durante a ditadura civil-militar. Para Rêgo (2004) em muitos momentos o jornalismo trabalha em prol do esquecimento ou revela algo que não deixava transparecer anteriormente e, nessas ocasiões, a instituição que tem como dever a informação de relevância social atua a favor dos abusos da memória.

**Realização:**



**Apoio:**



É perceptível uma forma de censura geral ao tentar calar essas mulheres as afastando dos cargos eleitos, mas também pelos jornais que não explicavam a fundo nas matérias em que eram mencionados os motivos das cassações. Os resultados da presente pesquisa sugerem a limitações que comprometiam os ideais de pluralismo e diversidade de vozes no debate público brasileiro ao longo do período em foco.

Como bem diz Le Goff (2003), a memória é um elemento essencial e constituidor das identidades, e a relação de poder concorrencial se estabelece uma vez que todos que objetivam dominar as sociedades de alguma forma procuram se tornar senhores da memória e do esquecimento. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, P. 422 in RÊGO, 2004, p.7).

## REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na história da imprensa brasileira. XXIV Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Campo Grande, setembro de 2001. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

PIRES, Elaine Muniz. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. **Projeto História** (n.º 35). São Paulo: PUC- SP, dez/2007, pp. 305-313.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

RÊGO, Ana Regina. A ditadura militar no jornalismo: uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2014.

RIBEIRO, Eva M. A.; MAINIERI, Tiago. A liberdade de expressão silenciada: vozes dissonantes e polarização nas mídias. In: SCABIN, Nara L. C.; LEITE, Andrea L. (orgs.). **Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão no século XXI: modos censórios, resistências e debates emergentes**. São Paulo: Intercom, Gênio Editorial, 2021. p. 240-263.

Realização:



Apoio:

